

OS PERCURSOS E PERCALÇOS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PNAES COMO REFLEXO DA EDUCAÇÃO PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Jéssica Regina Teixeira Melo²⁰

jessica.rtmelo@outlook.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva demonstrar a relevância histórico-política e socioeconômica, enquanto percurso na construção das políticas públicas, em especial no Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES (Decreto Federal nº 7.234/2010). Tomando como referência a literatura crítica dos fenômenos sociais marcados pelos movimentos contraditórios das relações sociais e econômicas e o papel do Estado nesse contexto de tensões.

O estudo tem como referencial teórico-metodológico a pesquisa documental, que favoreceu a identificação de elementos para analisar a trajetória e a formação de um Programa que objetiva a redução das desigualdades e a inclusão social pela educação, mas que ainda necessita de reformulações, para superar os percalços vivenciados

Toma-se tais afirmações com base nas análises realizadas por Marx na obra *Crítica do Programa de Gotha*, identificando a dominação burguesas na construção da concepção de direitos e suas expressões de poder e espaços de disputa, que é o Estado. Segundo Gramsci (1934), assume-se, nesse processo, o Estado como sujeito de um bloco histórico regido pela hegemonia da classe dominante, realçando o domínio ideológico dos valores e das normas burguesas sobre as classes subalternas em uma via de aceitação ou consentimento, o que Mészáros (2015) considera como parte integrante do sistema de controle e poder, sendo o Estado um espaço de manutenção da ordem sociometabólica de exploração capitalista.

²⁰ Assistente Social da Universidade Federal Rural da Amazônia

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará(UFPA)

Este estudo trouxe três eixos de reflexão. O primeiro tratou sobre a compreensão das marcas históricas para se entender como nascem as políticas públicas. O segundo, como esse percurso influenciou a concepção da política de Assistência Estudantil e a criação do PNAES e a formulação de seus objetivos e público alvo. Já o terceiro, as considerações finais, entrelaçando as informações agregadas ao desafio de uma análise crítica deste programa e de suas proposições.

BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTADO E OS FENÔMENOS SOCIAIS NO BRASIL E A GÊNESE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O período colonial e imperial, deixou marcas permanentes na essência da formação da sociedade brasileira. A ordem capitalista atual e seus fenômenos são frutos dessas expressões de desigualdade e de interesses, cuja classe dominante, conforme Fernandes (1960), espria uma “inflação da cegueira”, no sentido de se propor políticas sociais, embasadas em retóricas e com limitações, somente para aliviar tensões.

[...] os principais líderes das camadas dominantes obstinam-se em voltar as costas para a realidade, apegando-se àquelas fórmulas consagradas, que constituem algo parecido com o sucedâneo moral do ópio. Elas atestam nossa capacidade de ação e criam ilusões mais ou menos caras aos que teimam em acreditar que as palavras testemunham por si mesmas, que os problemas por elas descritos se acham resolvidos. (FERNANDES, 1960, p. 121).

Prado Jr. (2011) também traz uma análise sobre essas influências do período colonial para a formação do Brasil e o legado dessa trajetória. Portanto, compreender a gênese das políticas é mergulhar em um emaranhado histórico e dialético das relações de produção e de poder. O Estado está inserido nesse processo, conforme Mészáros (2015).

O Estado é *parte integral* das determinações estruturais do sistema do capital, e suas necessárias funções corretivas/solucionadoras só podem ser *internas* a ele. Assim o Estado não pode *eximir-se* da *crise estrutural* em desdobramento do sistema do capital como um todo (MÉSZÁROS, 2015, p. 94).

Dowbor (2017) apresenta, diante dessa reconfiguração do Estado, o debate da *era do capital improdutivo*, que dilacera a economia, via intermediação financeira, juros e tarifas, precarizando o investimento em políticas sociais.

O poder corporativo tornou-se sistêmico, capturando uma a uma as diversas dimensões de expansão e exercício de poder, e gerando uma nova dinâmica, ou uma nova arquitetura do poder realmente existente (DOWBOR, 2017, p. 115).

Nesses moldes da hegemonia neoliberal, também Coutinho (2010), discorre sobre a dominância da pequena política e da fragilidade na busca pela grande política. A primeira, correspondente às demandas “particulares e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe” (p. 29). Já segunda, voltada para os pontos ligados à “fundação de novos Estados, a luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (p. 29).

O modelo social foi mudado, mas a essência colonial é visível, a seletividade e a focalização acentuam a fragilidade das camadas populares ainda condicionadas à subalternidade com programas de atenção básica, mínimos sociais e medidas paliativas no sentido de camuflar a verdadeira realidade, uma sociedade gerida por interesses de acumulação. A educação, enquanto política, não é alheia a estes dinamismos. E face ao seu importante papel para o desenvolvimento social, tem sido alvo de inúmeras mudanças, o que materializa estas reconfigurações.

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PNAES NO BRASIL, QUESTÕES DE UMA POLÍTICA HÍBRIDA

Vários fenômenos foram decisivos e fundamentais para se analisar a configuração das políticas sociais no Brasil, em especial na educação, dada sua relevância e papel social econômico e cultural. Orso (2013) realça isso:

[...], muitos, em vez de analisá-la e compreendê-la de acordo com a categoria da totalidade, caem na perspectiva positivista e simplesmente deslocam-na do conjunto das relações sociais de produção, embrenham-se pelo idealismo e apresentam-na como se fosse capaz de promover o desenvolvimento econômico, garantir o bem-estar social e conduzir a todos à felicidade; fazem dela a responsável pelo sucesso ou fracasso de cada um. Analisando de forma abstrata, deslocada das contradições e dos antagonismos de classes, atribuem a ela um caráter redentor (ORSO, 2013, p. 49-50).

Muller (2002) afirma que uma situação e sua compreensão estão vinculadas, intimamente, a uma análise dos sujeitos envolvidos, das causas possíveis e das circunstâncias

vivenciadas. Também Perez (2010) apresenta esses pontos subdivididos por meio da definição do seu desenho, objetivos e metas, instrumentos e população.

Compondo esse organismo dialético e contraditório de formação da políticas públicas, está a assistência estudantil universitária, o Plano Nacional de Assistência Estudantil e o PNAES cuja proposição é a redução das desigualdades socioeconômicas para a democratização da educação (acesso e permanência na educação superior). O PNAES se fundamenta em quatro fortes princípios legais, são eles: A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB (1996), a Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior- Sinaes (2004) e o Decreto que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- Reuni (2007).

O público alvo do PNAES é, prioritariamente, estudantes vindos da rede pública ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Quanto aos critérios de seleção, eles não ficam detalhados no decreto, cabendo as IFES defini-los e executá-los conforme suas próprias metodologias.

O programa foi instituído em 2007, via Portaria nº 39 do Ministério da Educação (BRASIL, 2007). Posteriormente, virou Decreto Federal, tendo como objetivo central a inclusão social por meio de ações que visem condições de permanência aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a redução das taxas de retenção e de evasão. Contempla as modalidades de: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Ele transcende para uma demanda também da política de assistência social, Imperatori (2017) afirma que isso amplia o reconhecimento da assistência estudantil como um direito social.

O Estado propõe esta configuração de política, objetivando democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

As ações da assistência estudantil também devem se questionar sobre a igualdade de oportunidades e as condições para a melhoria do desempenho acadêmico. Vargas (2008) fala sobre os capitais econômico, social e cultural, interferindo na trajetória acadêmica de muitos estudantes. Desta maneira, evidencia-se que a assistência estudantil, conforme Vasconcelos (2010), tem contribuído para a superação de alguns entraves nessas condições,

principalmente as de teor econômicos, minimizando situações de evasão e de trancamento de matrículas.

Assim, também Finatti et al. (2007) concluem:

para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições. (FINATTI et al. (2007, p. 248)

Neste mesmo sentido, Barbosa (2009) acentua que as políticas envoltas a este objetivo, dão origem a programas de promoção, assistência e apoio, que atenuam obstáculos provenientes das desigualdades e dificuldades vivenciadas no ensino superior, buscando, portanto, contribuir com condições para a melhoria da qualidade de vida acadêmica e cidadã.

Assim, o desenho do PNAES, vem apresentando características para a inclusão social, mas acaba tendo alguns percalços para a sua concretude, como exemplo, tem-se a seletividade, perdendo a universalidade como princípio, já que amarra o acesso aos auxílios ao critério de renda como preponderante. Não são estabelecidas variáveis que sirvam de indicadores de análise para as diversas possibilidades de vivências de vulnerabilidade social. Tal fato pode favorecer interpretações clientelistas e ações assistenciais, quebrando a concepção de direito social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da formação das políticas públicas e a concepção de direitos em uma conjuntura histórico-política e socioeconômica marcada por determinantes de uma estrutura social acentuada divisão de classes deu as bases para as relações sociais atuais no Brasil e suas demandas. O caráter contraditório predominante nas ações do Estado está configurado em uma estrutura complexa, na qual as políticas vêm sendo moldadas por meio de conflitantes interesses, que confundem os sentidos de inclusão social, assumindo o foco da situação econômica dos indivíduos como requisito primordial de atenção, como tem sido o caso da assistência estudantil, em que o social é tímida e superficialmente visto.

Assim, para a superação de certos percalços nesta política, deve-se ir além da renda como indicador e instrumento para a resolução dos problemas e desigualdades sociais, exploração e vulnerabilidades. O PNAES, por meio da assistência estudantil, visa a democratização do acesso e permanência na educação por meio da inclusão social, buscando reduzir as disparidades adquiridas ao longo dos anos com o processo de opressão e

desvalorização da população. Contudo, tem atribuído às suas ações um viés seletivo e focalizador, o que compromete a finalidade do Programa.

O PNAES, portanto, vem assumindo uma roupagem que não se direciona para a transformação social da realidade de seu público alvo, pois vem sendo mais um movimento de conservação/manutenção da ordem estabelecida. Isso porque o programa não tem dado a atenção necessária a alguns aspectos da vida dos indivíduos, considerados imprescindíveis para o seu processo de formação e desenvolvimento, a exemplo da cultura e do lazer.

É fundamental, então, a quebra das correntes colonizadoras de um capitalismo improdutivo de direitos, e produtor de desigualdades, para se construir ferramentas que, de fato, favoreçam a todos, no sentido da universalidade e da dignidade humana, para uma educação de qualidade, deixando de reproduzir uma ideologia do consumo e do lucro individualista e de dominação.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, R. de A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB 2009.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007. **Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**.

COUTINHO, C.N. A hegemonia da pequena política. *In*: OLIVEIRA, C. BRAGA, R. RIZEK, C. (Org.) **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, 2010.

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder-dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

FERNANDES, F. **Mudanças sociais no Brasil**, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

FINATTI, B. E.; ALVES, J. de M.; SILVEIRA, R. de J. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL** — Indicadores para

Implantação de uma Política de Assistência Estudantil. Juiz de Fora: *Libertas* v. 6 e 7, n.º. 1 e 2, p. 246-264, jan.-dez./2006, jan.-dez. 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere 22 (1934). Americanismo e Fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

IMPERATORI, T. K. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. São Paulo: Serv. Soc., n.º. 129, p. 285-303, maio-ago./2017.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo. Boitempo, 2012.

MÈSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MULLER, P.; SUREL Y. **A análise das Políticas Públicas**. Tradução: Agemir Bavaresco e Alceu R. F. Pelotas: Educat, 2002.

ORSO, P. J. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. 2ª ed. *In*: Orso, J.P.Gonçalves, S. R.Mattos, V. M.(Orgs.). **Educação e lutas de classe**. São Paulo: Expressão Popular, p. 49-63, 2013.

PEREZ, J. R. R. **Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente?**, Campinas: Educação e Sociedade, v.31, n.º 113, p.1179-1193, 2010.

PERONI, V.M.V. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. PERONI, V. M. V. (Org.). *In*: **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e privado na educação**. São Leopoldo, RGS: Oikos, 2015.

PRADO, Jr. C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VASCONCELOS, N. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.